

AÇÕES DE INCLUSÃO: VALORIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE

ACTIONS FOR INCLUSION: VALUATION OF ACCESSIBILITY IN A VOCATIONAL SCHOOL

Simoni Casimiro de Oliveira

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC), e-mail: simonicasimiro@sc.senai.br

Minéia Virgínea Negrão

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC), e-mail: mineia.negrao@sc.senai.br

Resumo: O presente artigo tem o intuito de incentivar a valorização da acessibilidade nas escolas profissionalizantes, trazendo à tona resultados obtidos em uma pesquisa aplicada desenvolvida na Unidade SENAI/SC em Joinville. Na referida pesquisa, objetivou-se “planejar, desenvolver, treinar e promover a manutenção de um Laboratório de Acessibilidade para pessoas com deficiências visual, auditiva e motora, para apoio nas atividades didático/pedagógicas”. Por se tratar de pesquisa aplicada fez-se necessário adotar diferentes metodologias e técnicas, dentre elas: pesquisa qualitativa e quantitativa, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida em instituições com foco em inclusão, envolvendo estudantes e profissionais com deficiência. Após a análise dos resultados foi elaborado relatório gerencial apresentando as metas alcançadas por objetivos propostos. Destaca-se que é possível promover a acessibilidade mediante o comprometimento dos pares. Ações que privilegiam conhecimento e recursos de inclusão fazem a diferença na educação.

Palavras-chave: Inclusão social. Acessibilidade. Educação inclusiva.

Abstract: This article aims to encourage the enhancement of accessibility in vocational schools by bringing to light the results obtained in an applied research developed at the SENAI unit of Joinville SC. The objectives of this research were to “plan, develop, train and promote the maintenance of an Accessibility Laboratory for visual, auditory and motor disabled to support teaching / learning activities “. Being an applied research it became necessary to adopt different methodologies and techniques, including, qualitative and quantitative research, field research, and bibliographic and documentary research, developed in institutions with a focus on inclusion, and with students and professionals with disabilities. After analyzing the results a managerial report was prepared to present the targets achieved for each proposed objective. It is possible to emphasize that



ATUALIDADES TECNOLÓGICAS PARA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL



accessibility can be promoted through the commitment of the partners. Actions that result in knowledge and resources for inclusion make a difference in education.

Keywords: Social inclusion. Accessibility. Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

Para conhecer o panorama da inclusão de deficientes no cenário da educação brasileira e mais adiante, no ensino profissionalizante, faz-se necessário conhecer um pouco da história da legislação que influenciou e continua influenciando os organismos públicos e privados ligados a educação.

Impulsionado por legislação nacional e internacional, mais especificamente:

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais tem sido foco constante de leis específicas que garantam direitos básicos de cidadania tais como os civis, políticos, econômicos, **educacionais**, sociais, culturais e lingüísticos. (ALMEIDA, [1995?], grifo dos autores).

Ainda de acordo com esta autora,

A década de 1960 é fortemente marcada pelas recomendações e influências da família Kennedy (EUA) em todo o mundo. A expansão das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES, no Brasil, e a criação de diversas outras Organizações Não-Governamentais - ONG's - é também consequência da política americana adotada em prol das **pessoas deficientes** na ocasião (ALMEIDA, [1995?], grifo dos autores).

Na década de 1970, são declarados e aprovados em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) os direitos do deficiente mental (1971) e os direitos das pessoas portadoras de deficiências em 1975. Neste último documento, os direitos assegurados às pessoas com deficiências, não se restringiram apenas a proteção da integridade física e moral e a sobrevivência; o direito ao trabalho, a educação e a participação ativa na sociedade, também foram privilegiados.

A Declaração das Pessoas Deficientes no seu artigo 6º e 7º diz que

As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, **educação, treinamento vocacional** e reabilitação [...] assistência, aconselhamento, **direito de desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos** [...]. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975, grifo dos autores).

No início dos anos 1980, a ONU proclama 1981 como “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” - AIPD. Conforme Carvalho (1997, p. 38) “foi o início de uma década destinada a estimular o cumprimento dos direitos dessas pessoas à educação, à saúde e ao trabalho”. Isto significa que o que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 7º, foi ignorado ou sequer respeitado, por décadas. Esta iniciativa da ONU contribuiu como estímulo para a união das forças das pessoas deficientes em todo o mundo e posterior expansão do seu movimento organizado.

Conforme Almeida ([1995?]) “já na década de 1990 novas recomendações internacionais contribuíram para a valorização dos movimentos em prol da inclusão.” Ainda sobre estas recomendações:

os anos 1990 foram pródigos na consignação de instrumentos internacionais, constituídos com valor jurídico ou como compromissos políticos, em que os países chamados “em desenvolvimento” tornaram-se signatários e, em conseqüência, comprometeram-se a elaborar e implementar políticas educacionais promovendo o acesso dos excluídos do sistema educacional, entre eles as pessoas com deficiência. (FERNANDES; NOMA, 2008, p. 1).

Destacamos, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) “As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990); Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades (1993) “As pessoas com deficiências são membros da sociedade [...] devem receber o apoio de que necessitam no âmbito das estruturas regulares de educação, saúde, emprego e serviços sociais.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993); Declaração de Salamanca (1994) “[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

No tocante a educação das pessoas com deficiência, as contribuições trazidas pela Declaração de Salamanca foram de extrema relevância, pois suas recomendações orientaram princípios, práticas e políticas na área das necessidades educativas especiais.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjo organizacional, estratégias de ensino, busca de recursos e parcerias com as comunidades. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994)

Diante deste contexto, o Brasil, país membro da ONU adéqua suas políticas e legislações educacionais buscando soluções para a inclusão das pessoas com deficiência. No âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação apresenta capítulos específicos utilizando como terminologia “portadores de necessidades especiais”. No que diz respeito ao direito das pessoas com deficiências ao trabalho, a Lei Federal nº 8.112 de 11/12/1990 assegura 20% das vagas oferecidas em concurso público, e a Lei N.º 8.213 de 24/07/1991 a reserva de 2% a 5% das vagas em empresas privadas conforme o número de empregados. Mais especificamente do direito do adolescente com deficiência ao trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 66º dispõe que “Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.” (BRASIL, 2001, p. 24).

Com a adoção de políticas em favor da inclusão de pessoas com deficiências nos espaços educacionais e o surgimento de legislações que ampliam a estas pessoas a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, estudantes com deficiências constituem-se em

demanda para as escolas profissionalizantes. Conseqüentemente, a permanência destes discentes nos ambientes de ensino e uma formação de qualidade, requerem a adoção de medidas que possam igualar as oportunidades de aprendizagem entre estudantes com e sem deficiência, tais como: adaptações arquitetônicas e de materiais didáticos, capacitação do corpo docente e o uso de recursos tecnológicos, pois a utilização de tecnologias de acessibilidade em uma escola é imprescindível para o êxito do processo de aprendizagem destes estudantes. “Tecnologia apropriada e viável deveria ser usada quando necessário para aprimorar a taxa de sucesso no currículo da escola e para ajudar na comunicação, mobilidade e aprendizagem.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

No Brasil é crescente o número de instituições de iniciativa privada que promovem o movimento em favor da inclusão de pessoas com deficiências no contexto educacional e profissional, seja com dedicação exclusiva a esta causa, a exemplo da Fundação Dorina Nowill para Cegos, sediada em São Paulo, o Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro; ou através do desenvolvimento de projetos específicos na área de inclusão, exemplo do programa “Talentos da Diversidade” da Empresa Brasileira de Compressores (EMBRACO), e o Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI) do - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

2 PROGRAMA SENAI DE AÇÕES INCLUSIVAS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, preocupado com a qualificação profissional de pessoas com deficiências, iniciou em 2000, sob a coordenação da Unidade de Conhecimento Tecnologia da Educação (COTED), do Departamento Nacional, o Projeto Estratégico Nacional - Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais – hoje, conhecido como Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI), que tem como objetivo incluir nos seus cursos profissionalizantes, pessoas denominadas como “minorias” e segmentadas no Programa em duas vertentes Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), e Raça, Etnia e Gênero (REG). Após experiência piloto, em julho de 2001, iniciou-se o processo de expansão do projeto, e coube ao Departamento Nacional do SENAI, juntamente com os Departamentos Regionais, buscar possibilidades concretas para a viabilização das ações. Para isso, é imprescindível a eliminação de barreiras arquitetônicas nos Centros de Formação Profissional, a capacitação de docentes, a criação de metodologias adequadas e, por fim, a inclusão efetiva de pessoas com necessidades especiais nos cursos do SENAI. Diante deste cenário, o SENAI/SC em Joinville vem discutindo em reuniões de sua Equipe de Aprendizado de Responsabilidade Social, no Comitê de Educação e outros fóruns, alternativas para a inclusão dos deficientes, e conseqüentemente, a melhoria da sua empregabilidade e autoestima.

3 PROJETO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

Em 2008, constituiu-se uma equipe multidisciplinar, formada por colaboradores do SENAI/ SC em Joinville, da qual fizeram parte, uma bibliotecária, uma administradora

de empresa, uma pedagoga e um cientista da computação, cujo mestrado tinha foco em software para atender deficientes visuais, com auxílio de uma acadêmica de Psicologia com domínio do Braille e Dosvox. Além desses profissionais, contou-se com uma acadêmica de Pedagogia conhecedora de Libras. Assim, desenvolveu-se o projeto “Planejamento, desenvolvimento, treinamento e manutenção de um Laboratório de Acessibilidade para portadores de deficiências visual, auditiva e motora”. A notícia de que a escola estaria recebendo um estudante deficiente visual e a constatação de que na biblioteca da escola este estudante não encontraria nada que pudesse facilitar o seu acesso à informação, foi o fator mobilizador para este projeto. Sua criação teve amparo numa experiência bem sucedida da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), mais especificamente com a sua Biblioteca. O objetivo geral do projeto consistiu em “planejar, desenvolver, treinar e promover a manutenção de um Laboratório de Acessibilidade para portadores de deficiências visual, auditiva e motora, para apoio nas atividades didático/pedagógicas e de apoio do SENAI/SC em Joinville, com posterior extensão as demais unidades do SENAI/SC”. Foi desenvolvido na forma de pesquisa aplicada, uma vez que gerou conhecimentos acerca da inclusão e o desenvolvimento de produtos e serviços que promoveram a acessibilidade de estudantes com deficiências. Como vertentes do objetivo geral, foram traçados objetivos específicos, fazendo-se necessária a adoção de diferentes metodologias e técnicas adequadas a cada objetivo.

A seguir, apresentam-se as conquistas, dificuldades e experiências vivenciadas durante a execução do projeto, que teve seu início e desenvolvimento entre janeiro de 2008 e fim em julho de 2009, apresentando os objetivos propostos e as metas alcançadas, bem como as respectivas metodologias adotadas.

4 OBJETIVOS PROPOSTOS E METAS ALCANÇADAS

Objetivo 1: Elaborar uma cartilha informativa direcionada aos colaboradores, orientando-os sobre os tipos de deficiência, a forma de tratamento e os recursos disponíveis: quanto a este objetivo, proposto e alcançado, compartilhou-se as maiores experiências agregadas. Neste sentido, considera-se importante evidenciar alguns passos que marcaram a construção da referida cartilha. A mesma ocorreu em três etapas. No primeiro momento, com a pretensão de construir um documento fundamentado em informações precisas para correlacionar teoria e prática, realizou-se um amplo levantamento bibliográfico em referências confiáveis extraídas de diferentes fontes. Estas informações foram sintetizadas dando origem à primeira versão da cartilha, a qual reunia uma vasta gama de informações, incluindo legislações e bibliografias sobre o tema. Após uma avaliação dos pesquisadores, visando objetivar as informações e propiciar praticidade na leitura, optou-se por uma reestruturação. Em decorrência, num segundo passo, a cartilha foi dividida em quatro tópicos: Conceito da deficiência, Terminologias, Atitudes e Recursos de acessibilidade.

Considerando os respectivos tópicos como pilares da produção, convém abordar aqui, algumas reflexões que os idealizam como influentes significativos no processo de

inclusão. No que diz respeito aos conceitos das deficiências, a importância de trazê-los a tona no documento, é respaldada pelo entendimento de que: a compreensão do conceito de uma determinada deficiência possibilita identificar as pessoas que as tem, para, a partir daí serem aplicadas ou viabilizadas as soluções pertinentes.

Quanto às terminologias, vale enfatizar que cada vez mais, diversas literaturas apontam para a necessidade do uso de termos precisos e não excludentes, quando se refere às pessoas com algum tipo de deficiência. Termos inadequados, e culturalmente mantidos quase sempre são contaminados de estereótipos e preconceitos, por exemplo, referir-se a um cego como “ceguinho” pode parecer amável a quem o chama, mas ao deficiente o termo pode representar sentimento de piedade, e não é esta a relação de comprometimento que o deficiente espera da sociedade, desta forma é imprescindível a substituição destes termos por expressões inclusivas que honrem a dignidade das pessoas.

Os recursos de acessibilidade podem diminuir ou até eliminar as distâncias entre as pessoas com deficiências e a liberdade de locomoção, comunicação e informação. Com base neste argumento, defende-se a importância de disseminar a existência dos recursos de acessibilidade, uma vez que a ciência de que estes recursos existem e os benefícios que podem propiciar poderão motivar a própria pessoa com deficiência em aderir, ou as pessoas envolvidas em seu processo de inclusão e desenvolvimento, a mediar o acesso destas a estes recursos. Exemplo do impacto que o desconhecimento destes recursos pode acarretar foi vivenciado dentro da escola pesquisada, quando um professor alegou que não usava o e-mail para encaminhar materiais para um estudante cego ler, por desconhecer que com auxílio de um software simples, o Dosvox, o estudante poderia ter acesso a qualquer recurso de edição de textos.

As atitudes, bem como os recursos de acessibilidade (abordados no objetivo 2), parecem influenciar com maior intensidade o alcance do objetivo proposto, uma vez que podem modificar o relacionamento entre as pessoas com e sem deficiências. Não raramente, pessoas por não saberem como agir frente a pessoas com algum tipo de deficiência, no intuito de auxiliá-las, acabam por colocá-las em situações desconfortáveis, algumas vezes até, subestimando suas potencialidades. Atento para o poder transformador destas atitudes e considerando que a cartilha estava direcionada preferencialmente, a um contexto educacional, buscou-se indicar não somente atitudes para o relacionamento interpessoal, comunicação e locomoção, mas também, atitudes pedagógicas. Para isso, realizou-se pesquisas bibliográficas relativas ao assunto, momento em que se deparou com uma dificuldade: a escassez de literaturas que abordam estas atitudes. Então, surge uma nova estratégia: partindo do pressuposto de que as experiências vivenciadas por estudantes com deficiências e docentes poderiam ser consideradas fontes de conhecimento, decidiu-se pelo método da entrevista. Neste propósito, iniciamos a terceira e mais complexa etapa da elaboração do documento. Foi desenvolvido um roteiro de entrevista o qual apresentou os seguintes questionamentos:

- a) quais as barreiras encontradas por você em sala de aula na sua trajetória educacional, enquanto aluno e/ou professor?

- b) quais as formas encontradas por você para eliminar / minimizar estas barreiras?
- c) quais os recursos existentes atualmente que poderiam ter evitado estas barreiras no passado?
- d) com que sugestões você pode contribuir para a melhoria do processo de inclusão do deficiente no processo didático-pedagógico?

O público alvo das entrevistas eram estudantes com algum tipo de deficiência, dos diferentes níveis de ensino, além de profissionais com algum tipo de deficiência, graduados ou pós-graduados inseridos em projetos de inclusão, somando oito pessoas entrevistadas, no período compreendido entre julho e novembro de 2008.

Ao analisar, sintetizar e comparar os dados coletados, concluiu-se que o trabalho de campo superou as expectativas. Além de obter as informações pretendidas, outros fatores importantes no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência foram levantados, construindo valiosa análise. Não cabe transcrever aqui, a íntegra das entrevistas, mas destacam-se alguns pontos comuns encontrados na fala de estudantes e docentes entrevistados:

- a) autonomia do discente: “a pessoa com deficiência precisa desde a infância desenvolver-se com autonomia de modo que possa interagir no meio em que vive bem como saber lidar com as dificuldades que estará sujeita diante das suas escolhas e da sua integração na sociedade”;
- b) participação da família: “a família precisa participar no processo de formação do cidadão com deficiência nem abandonando, nem super protegendo”;
- c) interação recíproca entre professor e aluno: “para o êxito do processo didático pedagógico, é necessária uma interação recíproca entre professor e aluno. o professor deve sempre estar disposto a adotar as sugestões pertinentes fornecidas pelo aluno, esclarecer dúvidas, e sempre que possível buscar informações e qualificação, mas é dever do aluno facilitar a aquisição do seu conhecimento apontando caminhos pelos quais este professor possa contribuir neste processo.”

Objetivo 2: equipar e configurar um ambiente com recursos de acessibilidade para digitação, digitalização e transcrição de textos para Braille: no que tange a este objetivo que felizmente também se tornou uma conquista, é importante explicitar, algumas funcionalidades destes recursos que servem como ponte entre os deficientes visuais e o acesso ao universo da literatura, comunicação e conhecimento.

O sistema Braille, é um método de escrita e leitura tátil, inventado em 1825 por Louis Braille (1809-1852). Este sistema garante aos deficientes visuais as mesmas vantagens da escrita convencional, permitindo-lhes desde a realização de anotações cotidianas até a leitura de livros literários, didáticos e técnicos. Tendo evidente a importância do acesso

a escrita e a leitura do sistema Braille no desenvolvimento cultural, social e intelectual das pessoas cegas, objetivou-se equipar e configurar um laboratório com recursos para permitir a docentes e estudantes a produção de materiais em Braille. Cabe salientar que apesar da tendência e preferência do deficiente visual na audição em detrimento da leitura Braille, em virtude da rapidez e maior facilidade no acesso, somente a leitura Braille facilitará a aprendizagem da língua em todo o seu contexto: gramatical, fonético, e redacional. No que diz respeito a estes recursos o laboratório dispõe de impressora Braille, computadores com softwares de última geração, Jaws, Dosvox e Virtual Vision, e escâner de alta tecnologia que com o uso de um software específico - Omini Page - possibilita que textos em tinta sejam digitalizados para serem impressos em Braille ou lidos no computador. Uma vez digitalizados usando esta tecnologia, estes textos podem ser manipulados, permitindo marcações, inserção de comentários, entre outros recursos.

Objetivos 3 e 4: Criar um ambiente de pesquisa e digitação de trabalhos, adequado às deficiências citadas no escopo deste projeto; e criar um banco de dados de recursos bibliográficos digitais para portadores de deficiência visual: acerca da concretização desta meta, quem melhor poderia externar sua satisfação seriam os estudantes com deficiências, visto que, com a ambientação deste laboratório podem realizar seus trabalhos e pesquisas em condições de igualdade. Estudantes com deficiência motora contam com a adaptação de mobiliário, e estudantes com deficiência visual dispõem de leitores de tela e acervo bibliográfico composto de livros no formato Braille, sonoro e digital. Beneficiam-se também, os docentes que lhes ministram as aulas, quando tem suas necessidades de composição de materiais especiais sendo atendidas, a exemplo de provas e textos para leitura em Braille, figuras em relevo: gráficos, tabelas, imagens, e outros.

Este acervo hoje está composto por livros, artigos, apostilas, e demais materiais didáticos que são produzidos sob demanda, tanto com conteúdo técnico para atender a bibliografia recomendada nos cursos oferecidos pelo SENAI, como outros de caráter informativo e cultural.

O alcance dos objetivos 2, 3 e 4 foi facilitado pela pesquisa de campo, pois visita de *benchmarking* realizado em instituições com projetos voltados a acessibilidade, foi o marco inicial para que a equipe pudesse alinhar as suas ações tendo como referência experiências bem sucedidas. Dentre estas instituições mencionamos: a Fundação Catarinense de Educação Especial localizada na grande Florianópolis, a Biblioteca da PUC-PR, que possui um sofisticado laboratório de acessibilidade para atender estudantes com deficiências e a Fundação Dorina Nowill para Cegos, sediada em São Paulo, maior produtora no Brasil de livros em Braille, digitais e em áudio. Estas visitas contribuíram para a conquista dos respectivos objetivos de duas maneiras: resultando em experiências que orientaram práticas para a realização destas metas e viabilizando a aquisição de recursos bibliográficos. No que tange ao objetivo 4, destaca-se que muitos dos títulos em Braille e em áudio disponível no referido acervo foram doados pela Fundação Dorina.

Objetivo 5: Criar um cadastro de pessoas deficientes de Joinville e Região, em banco de dados: Traçado este objetivo considerou-se o grande número de pessoas com deficiências, uma clientela aberta a oportunidades de qualificação profissional. Assim sendo, prospectar este mercado é, senão obrigação, uma excelente forma de adequar produtos e serviços para ela.

Vivemos numa sociedade altamente consumista, onde tudo é medido com base “no mercado”. Assim, é interessante pensar que, se temos, no Brasil, mais de 24 milhões de pessoas com deficiência e cada uma delas se relaciona com pelo menos três pessoas (marido, mãe, pai, filho etc.), é natural que o número de pessoas abertas a se informar e a consumir produtos pensados especialmente para este público atinja, no mínimo, a casa dos 100 milhões de consumidores. (MATARAZZO 2009, p. 21).

A busca pelas informações mínimas para a formação deste cadastro foi direcionada às instituições comprometidas com a questão da inclusão: associações de classe, secretarias municipal e estadual da educação, secretaria do bem-estar social, hospitais/ maternidade e escolas.

A princípio, um ofício encaminhado aos responsáveis por estas instituições, abriu as portas para que os estagiários ligados ao projeto fossem a campo. A realidade encontrada na maioria delas foi de poucos recursos tecnológicos e informações não sistematizadas. De qualquer forma, disponibilizaram seus arquivos para nossa pesquisa documental, em forma de fichas ou quando muito em documentos digitados em WORD, os quais para análise quantitativa foram posteriormente digitados em planilha Excel. Os dados levantados chegam hoje a 2200 cadastros, sendo necessário adotar alguns critérios de seleção, considerando-se que o objetivo era introdução destas pessoas em cursos oferecidos nessa instituição educacional. Alguns destes critérios são: idade, sexo, escolaridade e tipo de deficiência. Nas maternidades Darci Vargas e D^a Helena, ambas sediadas na cidade de Joinville, o pedido ia além de uma simples lista de cadastros, tínhamos a intenção de que a maternidade nos informasse cada nascimento de pessoa com alguma deficiência. Isto nos possibilitaria o acompanhamento da trajetória desta criança na vida educacional, até o momento da decisão por uma profissão, onde o SENAI poderia indicar alguns caminhos e oportunidades, bem como, apresentar as tendências do mercado, pois é importante manter um elo entre a pessoa deficiente e a escola. Por questões éticas, as maternidades não puderam comprometer-se desta forma, ficando a sugestão dos respectivos dirigentes, de que os pais sejam informados deste nosso compromisso e interesse, de forma que eles próprios nos procurem repassando as informações.

Objetivo 6: Criar um sistema de entrega e busca de material bibliográfico e recursos didáticos para pessoas deficientes com dificuldade séria de locomoção: o SENAI/SC em Joinville mantém rotineiramente serviço de malote entre as suas três unidades de Joinville, e vislumbramos neste procedimento uma facilidade para atendimento a domicílio. O serviço de entrega e busca acontece por demanda, atendendo as solicitações dos docentes que ministram aulas no Ensino Médio, curso este que tem

aluno deficiente visual fazendo o curso técnico articulado. A realidade do SENAI/SC em Joinville é de poucas pessoas com deficiência matriculadas nos cursos, ou atuando profissionalmente na escola, o que não requereu que esta ação fosse executada com maior frequência, porém, da forma como ocorreu, mostrou ser eficiente e facilmente executável. Uma prerrogativa para este atendimento é a de que os pedidos de materiais sejam encaminhados para o Laboratório com um mínimo de quarenta e oito horas de antecedência. Além do serviço de malote foi prevista entrega via correio nos casos de estudantes e colaboradores moradores em localidades próximas ou bairros mais periféricos.

5 PARCERIAS E OBJETIVOS EXTRAPOLADOS POSITIVAMENTE

Parceria é a palavra mágica em projetos de cunho social, primeiro porque as pessoas não apostam nestas iniciativas e nem tanto vislumbram resultados após a sua conclusão, segundo, porque os investimentos são raros. No presente projeto, estas parcerias aconteceram em vários momentos: na ocasião em que a direção de ensino Médio do SENAI convidou a equipe do projeto para um bate papo com os professores que tinham em sala um estudante cego, com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto à utilização dos recursos do laboratório e buscar em conjunto soluções de melhorar o atendimento àquela deficiência; quando os professores do Curso Técnico de Informática deste mesmo aluno vieram discutir as melhores práticas para a sua inclusão; quando um colaborador do restaurante que atende o SENAI, solicitou um exemplar da cartilha para melhor atender clientes com deficiência; quando o Boletim Ponto a Ponto (edição Braille) contendo seleção de melhores artigos publicados em revistas nacionais, numa iniciativa de pessoa física, chega mensalmente sem o menor custo; quando em visita à Fundação Dorina, principal parceira do SENAI hoje em termos de doação de livros e periódicos em Braille, digital ou áudio, o seu Diretor de Tecnologia, sabedor da competência do SENAI/SC em Joinville nas áreas de usinagem e ferramentaria, solicitou o desenvolvimento de um protótipo para a confecção de uma lupa de baixo custo, o que foi realizado no Laboratório de Prototipagem; quando durante a coleta de informações, para construção do banco de dados cadastral de pessoas com deficiências descritas no objetivo 5, a diretoria da Associação Joinvillense dos Deficientes Visuais (AJIDEVI) consultou a Equipe sobre a possibilidade de o SENAI, que possui competências na área de informática, desenvolver um software para automação destes dados. O pedido foi trazido ao conhecimento do Coordenador do Curso Técnico de Informática, e uma equipe de alunos em fase de conclusão de curso, orientados por professores, assumiu o desafio e desenvolveu como tema de Trabalho de Conclusão, o referido software, que além do cadastro, contemplará outros módulos para o gerenciamento das principais rotinas da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de legislações destinadas a assegurar o direito das pessoas com deficiência à educação, ao trabalho e a participação como ser ativo na sociedade, perpassa aproximadamente seis décadas. Entretanto, só a partir dos anos 1980 com o surgimento

de outras legislações e movimentos no âmbito da inclusão é que estes direitos passaram a ser mais respeitados. Na última década, ocorreram diversas iniciativas em prol da inclusão das pessoas com deficiências. Estas iniciativas excederam a participação do poder público e cada vez mais instituições privadas juntam-se a esta causa. O SENAI, como uma destas instituições vem discutindo ações inclusivas buscando tornar suas escolas acessíveis. Ao executar este projeto, concluí-se que é possível promover acessibilidade em uma escola profissionalizante, desde que haja a cooperação dos diferentes setores aliado ao comprometimento dos seus colaboradores. O apoio financeiro oportunizado permitiu a execução do projeto. Os docentes que estiveram abertos a discutir práticas para inclusão e adotaram as soluções agregadas com a pesquisa deram sua parcela de colaboração no propósito na promoção da acessibilidade. O desenvolvimento de ações inclusivas é fator decisivo no processo de ensino de estudantes com deficiências e na educação em geral. Colaboradores que aderiram as orientações da cartilha distribuída podem melhor relacionar-se com seus discentes e demais pessoas com deficiência, podendo informar-lhes a respeito dos recursos de acessibilidade. Estudantes podem realizar suas pesquisas em condições de igualdade, bem como acesso aos materiais didáticos nos formatos compatíveis a sua limitação sensorial. Estabelecer parcerias entre instituições que desenvolvem ações inclusivas, significa encurtar os caminhos para a conquista dos objetivos propostos.

A finalização do projeto não significa o desmembramento da equipe. Esta continuará exercendo a importante tarefa de dar continuidade as atividades do Laboratório buscando recursos e tecnologias inclusivas, além de contribuir para a sensibilização dos futuros colaboradores e estudantes do SENAI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais à luz dos direitos humanos**. [1995?]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/def/pessoas_deficientes.html>. Acesso em: 16 ago. 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 92 p. (Série fontes de referência. Legislação n. 36). Disponível em: < <http://redesociaisopaulo.org.br/downloads/ECA.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 1997. 193 p.

FERNANDES, Odair; NOMA, Amélia Kimiko. Educação, trabalho e inclusão social: interfaces entre educação profissional e educação especial no Brasil a partir de 1990.

In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6. **Anais...** Marília: Ed. Gráfica, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/ameliakimikonomaedairfernandes.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

MATARAZZO, Claudia. **Vai encarar?** A nação quase invisível de pessoas com deficiência. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> Acesso em: 26 nov. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Nova Iorque : WCEFA, abril de 1990. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copyof_20020319150524/20030620161930/20030623105532/>. Acesso em: 26 nov. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades. New York : ONU, 1993. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030623133227/20030623113325/?searchterm=incapacidades>. Acesso em: 12 ago.2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8112cons.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>. Acesso em: 26 nov. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 26 nov. 2007.

CLEMENTE, Carlos Aparicio. **Trabalhando com a diferença**: responsabilidade social & inclusão de portadores de deficiência. Osasco, SP: Espaço da Cidadania, 2004. 180 p.

OLIVEIRA, Simoni Casimiro, NEGRÃO, Minéia Virgínea. **Conversando sobre deficiências**. Joinville, SC : SENAI, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Brasília: ANDI, 2003. 13 fls.

SENAI. Departamento Nacional. **Ações inclusivas**. Brasília, DF: SENAI/DN, 2008. 108 p. (Educação profissional para a nova indústria; 12) ISBN 9788575192795.

SENAI. Departamento Nacional. **Incluindo a diversidade**: propostas para o programa de educação profissional do SENAI junto às pessoas com necessidades especiais. Brasília, DF: SENAI/DN, 2003. 67 p.

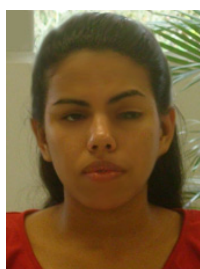
SOBRE AS AUTORAS



**Simoni Casimiro
de Oliveira**

Bibliotecária formada pela UFSC, e especialista em Qualidade e Produtividade, pela mesma instituição. Atua profissionalmente na cidade de Joinville no SENAI/SC, além de prestar consultorias a empresas. Publicações: Sentido Inverso (Andross, 2008); Palavras Veladas (Andross, 2009).

E-mail: simonicasimiro@sc.senai.br



**Minéia Virgínia
Negrão**

Acadêmica do 3º ano no Curso de Psicologia da UNIVILLE, usuária do sistema Braille há 13 anos, formada em Magistério, instrutora de curso de Braille para professores de educação especial, com participação em vários cursos e palestras na área da inclusão. É estagiária do Laboratório de Acessibilidade do SENAI/SC em Joinville.

E-mail: [mineia.negrao@sc.senai.br](mailto:minea.negrao@sc.senai.br)